



PSD p.13

Governo recua ao ano de 1982 na educação



Parlamento p.21

PSD entregou projeto para revogar alterações aos contratos de associação

# Povo Livre



nº 1923

18 de maio de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Estratégia económica do Governo está errada

Pedro Passos Coelho dedicou o dia 16 de maio às pequenas e médias empresas no distrito de Leiria





Presidente do PSD dedicou dia à Educação

# Governo ignora os estudantes

O líder do PSD não tem razões para retirar as afirmações que fez sobre o ministro da Educação em relação à revisão dos contratos de associação com escolas privadas. “Creio que fui muito claro quando falei na semana passada e não tenho nenhuma razão para retirar aquilo que disse”, afirmou Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas à entrada da escola secundária Frei Gonçalo Azevedo, em São Domingos de Rana, no concelho de Cascais, 10 de maio.

No dia 7 de maio, no Porto, o presidente do PSD lançou críticas ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, acusando-o de servir “outros interesses”. “Levando longe esta consequência sobre a decisão que a maioria tomou, seríamos levados a pensar que aquilo que o ministro da Educação – formalmente ministro da Educação, porque, na prática, começamos a ter dúvidas de que seja mesmo ministro da Educação- parece que ele representa outros interesses que não são os da comunidade em geral”, disse então Passos Coelho.

O líder do PSD dedicou o dia 10 de maio à Educação e, depois de ter visitado a Escola de São Domingos de Rana, deslocou-se à Escola Salesiana de Manique, em Alcabideche, também no concelho de Cascais. Ao final da tarde, o presidente do PSD teve um encontro com o Conselho Nacional de Educação, em Lisboa.

Com o fim dos contratos de associação no ensino, adverte Passos Coelho, o Governo não está a pensar nos interesses das famílias e dos estudantes mas em interesses corporativos e ideológicos. “As famílias e os estudantes não têm culpa nenhuma de o Governo querer tomar decisões nesta matéria não a pensar nas famílias e nos estudantes mas a pensar, eventualmente, como já tive ocasião de dizer, noutros interesses, que não são os interesses gerais da comunidade, mas interesses muito definidos quer do ponto de vista corporativo quer ideológico”, afirmou.

À saída de uma reunião com o Conselho Nacional de Educação, o líder da oposição frisou não querer “acreditar







que o Governo esteja a propor aos portugueses um tal retrocesso apenas porque está condicionado por uma força sindical, nem sequer é por um sindicato, ou por uma cegueira ideológica". Passos Coelho sublinha que o recurso a contratos de associação com o ensino particular e cooperativo para assegurar oferta pública de educação "não custa mais dinheiro ao Estado e aos contribuintes". "Julgo que é manifesto que há interesses corporativos, há interesses que não são os dos estudantes, de certeza, nem das famílias, nem o interesse geral que está em causa nestas decisões. Se fosse, as coisas estariam a ser tratadas doutra maneira, com outra transparência, do ponto de vista técnico com outros dados a suportar estas decisões que nós não vemos, não seriam anunciados por parte do Estado incumprimentos", declarou.

Passos Coelho defende que "o Estado não tem possibilidade de acomodar estes estudantes na oferta que hoje tem sem mais custos" e que "o Estado vai substituir uma despesa por outra despesa". "Não é uma despesa menor, a nossa sensibilidade aponta até para que seja uma despesa superior", afirmou.

O presidente social-democrata questionou números do Governo, segundo os quais, disse, será possível substituir um custo de 80 mil euros/ano, com turmas de 30 alunos com contratos de associação, por um custo de 50 mil euros/ano, em turmas com o mesmo número de estudantes nas escolas públicas. "Quero garantir que se este número fosse fidedigno que a despesa com educação se reduziria não digo a metade, mas a quase metade. É uma afirmação absurda, absolutamente absurda", declarou.

O ex-primeiro-ministro considera que "o Governo está a mostrar alguma vulnerabilidade nesta matéria", recomendou "alguma humildade" para "uma discussão serena e racional", que considera não dever cingir-se aos partidos e ao parlamento, mas estender-se à sociedade, argumentando que "os governos não podem tomar estas decisões à revelia do debate público".

Recusou ainda que o debate seja de oposição entre escola pública e privada, afirmando que muitas vezes as instituições nem sequer são privadas, mas de solidariedade social, não visando, assim, o lucro: "Não estamos a falar de escolas privadas, estamos a falar de escolas que desenvolvem, todas elas, um serviço público de educação".

Para o presidente do PSD, colocar as coisas nesses termos é "um retrocesso": "Se nós limitarmos esta discussão à discussão sobre o que é do Estado, detido pelo Estado, confundindo isso com o que é o serviço público, isso representaria um retrocesso em Portugal gigantesco, seja na educação, seja na saúde, seja no apoio social".



Passos Coelho disse que os sociais-democratas vão "apresentar várias iniciativas nesta área", recusando revelar quais e não querendo também comprometer-se com "conceitos fechados" como o de "cheque-ensino". "O que venha a ser decidido não pode ser decidido nem a meio do ano, nem de contratos, nem de expectativas que legitimamente tenham sido criadas nem nos estudantes, nem nas famílias, nas comunidades educativas", disse.

Passos insistiu na recomendação de "um caminho muito diferente do que tem sido seguido nestes cinco meses pelo Governo, que tem sido de supetão decidir coisas que se aplicam a meio do ano letivo, de qualquer maneira, porque sim".

### Luís Montenegro: Cortes nos colégios com contrato associação penalizam famílias carenciadas

O líder parlamentar do PSD alertou, em Torres Vedras, que as famílias carenciadas vão ser as mais penalizadas com os cortes que o Governo quer fazer nos colégios com contrato de associação para se substituírem ao ensino público. Classificando de "inconsistentes e incongruentes" as decisões do Governo, Luís Montenegro afirmou aos jornalistas





que “quando se quer restringir, atacar, esvaziar e, no limite, encerrar instituições está a penalizar-se sobretudo quem tem menos recursos, sobretudo as famílias mais pobres.”

Luís Montenegro falava no final de uma visita do grupo parlamentar do PSD ao Externato de Penafirme, em A-dos-Cunhados, freguesia de Torres Vedras, dia 11, um caso de um colégio do ensino particular e cooperativo que substitui a oferta pública de ensino para o segundo e terceiro ciclos e ensino secundário, que não existe, nas freguesias de A-dos-Cunhados e da Silveira. “Nesta escola, o universo de alunos com ação social escolar é de 34% e 10% têm necessidades educativas especiais. Acaso se esvazie as fontes de financiamento deste serviço público e estes alunos sejam transferidos, está a criar-se uma situação de que aqueles que quiserem ter acesso à qualidade desta instituição terão de pagar uma propina e só aqueles que terão uma condição económica mais favorável o poderão fazer”, exemplificou.

Para o PSD, ao tomarem estas medidas, os partidos de esquerda têm um “complexo ideológico” em relação ao contributo que estes colégios dão ao ensino público, acrescentando que “chega a ser perverso que as suas políticas penalizem as famílias mais carenciadas”.

Luís Montenegro sublinhou que com a transferência de alunos para escolas públicas “não se ganha nada do ponto de vista financeiro, porque o custo por turma ou por aluno não vai ser inferior, porque vai implicar a contratação de mais professores e mais auxiliares”.

Ao defender os contratos de associação existentes, os sociais-democratas querem “garantir o acesso universal de todos em condições de igualdade de oportunidades, sem restrições do ponto de vista da condição económica das famílias, e assegurar um ensino de qualidade”.







O presidente do PSD na Feira Nacional do Porco

# Governo pode “persuadir” Comissão Europeia de que vai cumprir metas

O presidente do PSD defende que Portugal obteve um défice de 3% em 2015, pelo que o atual governo pode procurar “persuadir” a Comissão Europeia de que será capaz de “alcançar as metas” orçamentais. “Portugal não teve um défice de 3,2%. Portugal teve em 2015 um défice de 3%, se excluirmos o impacto que a decisão de resolução do Banif, que não foi tomada pelo anterior do governo, teve nas nossas contas. Isso é hoje muito claro”, afirmou durante uma visita à Feira Nacional do Porco, no Montijo, 12 de maio.

O presidente do PSD, questionado se não existem motivos para sanções, espera que a interação entre o governo português e a Comissão Europeia seja esclarecedora nesse domínio. “Não vejo nenhuma razão, depois do esforço de recuperação orçamental que foi feito durante vários anos, por qualquer prisma que se olhe. A evolução das contas portuguesas foi muito elevada, porque foram tomadas muitas medidas que custaram muitos sacrifícios e permitiram essa recuperação”, afirmou.



Pedro Passos Coelho manifestou a convicção de que o atual governo português tem condições para “persuadir” a Comissão Europeia de que vai conseguir alcançar os resultados desejados em 2016 e nos anos seguintes. “Existe do ponto de vista da Comissão Europeia algumas dúvidas quanto aos resultados que será possível alcançar em 2016 e nos anos seguintes. Estou convencido de que o governo português tem condições de persuadir a Comissão Europeia de que será capaz de alcançar as metas a que se propôs, que o esforço vai continuar e que Portugal tem condições para ficar com um défice abaixo dos 3%”, salientou.

O líder do PSD referiu ainda que desconhece qual o plano B do Governo e disse esperar que o primeiro-ministro venha em breve esclarecer essa matéria, recusando ainda a ideia que António Costa transmitiu de encarar as associações sindicais como “organizações criminosas”. “Não tem razão de ser, porque não tenho tal visão. Nunca tive e não creio que venha a ter”, disse.





## Agricultura portuguesa é uma área “estratégica”

O líder do PSD saudou as medidas anunciadas pelo governo de apoio à suinicultura e aos produtores de leite, mas defendeu que é preciso “ir mais longe”. “Vejo com muito bons olhos as decisões que o governo comunicou. Sabemos que o problema não se resolve apenas com apoios à tesouraria, mas também estes são importantes, apesar de precisarmos mais do que isso”, adiantou.

O Governo aprovou a criação de duas linhas de crédito dirigidas aos produtores de leite de vaca cru e aos produtores de suínos, no valor de 20 milhões de euros.

Pedro Passos Coelho considera que agricultura portuguesa é uma área económica “estratégica para o país” e que nesse sentido é preciso intensificar as respostas que “do ponto de vista estrutural que o governo tem para oferecer”. “Para os setores do leite e da suinicultura, é importante que exista uma estratégia global do governo, aliada à intervenção dos produtores, que promova uma solução duradoura. Além dos apoios à tesouraria, é preciso que exista uma ação mais efetiva na fiscalização”, defendeu.

O líder do PSD frisou que também é necessária uma estratégia para os custos de produção: “É preciso que nos custos de produção exista também uma estratégia, senão estamos a dar apoios ocasionais de tesouraria, mas depois estamos a provocar agravamento de custos. Saudando as medidas, existe necessidade de ter uma estratégia e de ir mais longe.”





Debate quinzenal

# “Nem que a economia cresça cinco vezes mais o Governo cumpre as previsões”

A crescer apenas 0,1% nos primeiros três meses de 2016, “nem se a economia crescer cinco vezes mais nos próximos trimestres” será possível ao Governo cumprir as previsões do défice e da dívida. Tudo porque a “economia não tem uma capacidade infinitamente elástica no futuro”. O presidente do PSD advertiu, desta forma, o atual chefe do Governo socialista, no oitavo debate quinzenal com António Costa, lembrando que sem uma aposta clara no investimento externo e nas exportações, Portugal está “condenado a morte lenta”.

Pedro Passos Coelho criticou a situação económica, referindo diversos indicadores estatísticos, do primeiro trimestre de 2016. “Dados revelados pelo INE são muito claros. Se hoje formos particularmente otimistas para o crescimento nos semestres seguintes ficamos longe das previsões do Governo. Já se começa a ver que haverá mau resultado. Uma vez que dados são objetivos, pergunto-lhe: O que é que vai mudar?”

No debate quinzenal de 13 de maio, o líder do PSD desafiou o Governo a esperar por um estudo atualizado do Tribunal de Contas sobre os custos dos contratos de associação: “Este ano não assumo a decisão anunciada e aguarde por este estudo para decidir no próximo ano”. Passos Coelho tinha defendido que “não é a necessidade de fazer poupanças que determina esta inflexão de política”, mas frisa que “antes de qualquer nova decisão, seria importante obter dados recentes”. O PSD vai apresentar uma proposta neste sentido.

O líder do PSD acusou António Costa de não “olhar para os dados e tirar conclusões”. Notou o aumento dos pagamentos em atraso, “uma matéria que estava a beira de ser resolvida”, assegurou, e garantiu que sobre os fundos comunitários “a maior queixa que se ouve paralisa”. “Se não mudar esta estratégia, não irá a tempo de corrigir os resultados”.

O líder do PSD antevê um mau resultado económico e financeiro este ano, considerando que, sem uma correção da trajetória do Governo, nem o défice nem a dívida serão objetivos alcançados. “Já se começa a ver que haverá um mau resultado este ano se o Governo não corrigir a trajetória”, afirmou Pedro Passos Coelho, no debate quinzenal com o primeiro-ministro no parlamento.

Passos Coelho confrontou o primeiro-ministro com os últimos dados económicos conhecidos, falando da “destruição líquida” de 40 mil empregos no primeiro trimestre do ano, além da queda das exportações e do investimento. “Há postos de trabalho que estão a ser destruídos, porque há investimento que está a cair a pique”, disse, falando igualmente dos dados do Instituto Nacional de Estatística conhecidos esta manhã que revelam o declínio ritmo de crescimento quer em cadeia, quer em termos homólogos. “Se formos otimistas para o crescimento nos trimestres seguintes ainda ficaremos consideravelmente longe daquilo que era a meta proposta pelo Governo”, sustentou o líder social-democrata, vincando que agora já não se está a falar de “meras previsões” e se começa a “a entrar no terreno em que não há muito tempo para fazer correções”.

E a realidade veio mostrar que, do ponto de vista do desemprego, se confirma a destruição líquida de emprego. As exportações líquidas continuam a cair. O investimento caiu abruptamente. Quer isto dizer que o consumo interno continua a progredir, a sustentar alguma retoma, mas todos os outros fatores que são decisivos para dar sustentabilidade ao crescimento estão em queda.

Sublinhando que o investimento está a cair a pique, o líder do PSD declarou que os dados divulgados pelo INE são muito claros: “com o declínio do ritmo de crescimento

significa que se nos próximos três trimestres a economia crescer em cadeia 0,5%, ainda assim, o crescimento no final do ano não superará 1,2%. Quer dizer, se hoje formos particularmente otimistas para o crescimento nos trimestres seguintes, ainda assim ficaremos consideravelmente longe do que era a meta proposta pelo Governo”.

“Assumindo que [a economia] crescerá cinco vezes mais do que no primeiro trimestre, ainda assim ficará muito longe do objetivo do Governo, nem o défice, nem a dívida serão objetivos alcançados este ano pelo Governo e pelo país, infelizmente, se alguma coisa não mudar. Senhor primeiro-ministro, enquanto é tempo o que vai mudar?”, questionou o líder do PSD.







Presidente do PSD dedicou dia à Educação

# Défice de 2016 é da responsabilidade do atual Governo



O presidente do PSD justificou o envio de informação à Comissão Europeia (CE), sobre o défice de 2015 com “o dever de diligência” de contribuir para esclarecer qualquer dúvida, considerando não haver razão para agravar o tratamento a Portugal. “Isto é uma necessidade corrente do nosso dia-a-dia de que é, na transparência na relação com a Comissão Europeia, não contribuir pelo silêncio para que não se adense qualquer dúvida sobre o que é que representa o défice de 2015, sendo que o de 2016 em diante cabe ao Governo que está em funções”, explicou Pedro Passos Coelho à chegada para a inauguração das novas instalações do grupo Rádio Renascença (RR), 13 de maio, em Lisboa.

Na opinião de Pedro Passos Coelho, “não há nenhuma razão para agravar o tratamento da Comissão Europeia dentro do procedimento por défice excessivo na medida em que, fora o que foi contabilizado por causa do Banif”, Portugal não teve um défice acima dos 3% em termos nominais. “Não sei se a Comissão Europeia vai aplicar sanções a Portugal. As únicas informações que temos são as informações veiculadas pela comunicação social em Portugal”, respondeu.

Passos Coelho foi perentório ao afirmar que não é preciso “esperar por resultados que possam ser surpreendentes” e se deve “cumprir um dever de diligência de, junto da Comissão Europeia, suscitar informação que é adequada”. “Creio que é nossa obrigação, uma vez que Maria Luís Albuquerque foi ministra das Finanças e eu primeiro-ministro de poder junto da Comissão Europeia argumentar aquilo que nos parece ser relevante no quadro do procedimento por défice excessivo, chamando a atenção que em 2015 o défice em Portugal relevante para efeitos de procedimento por défice excessivo foi de 4,4%, mas que isso inclui um 1,4% de impacto sobre resolução do Banif, que não foi tomada pelo anterior Governo, mas que descontado esse efeito, o défice foi de 3%”, explicou.





Passos Coelho entende que, “no quadro da própria orientação da Comissão Europeia, não é motivo para agravar sanções contra um país”, admitindo no entanto que possa vir a ser adiado “por um ano a saída do procedimento por défice excessivo, mas não é razão para penalizar um país”. “Não é que o Governo não tivesse esta informação na sua disposição porque o Ministério das Finanças tem um novo ministro, mas tem lá a informação, mas é nosso dever contribuir para esclarecer este tipo de situação junto da Comissão Europeia”, justificou.

Para o líder social-democrata, “o ano de 2015 coube em 11 dos 12 meses à responsabilidade de execução do PSD”, execução essa que se revela “de acordo com aquilo que é importante para o país”, ou seja, um défice de 3%.





Dia dedicado às PME

# Estratégia económica do Governo está errada





A estratégia do Governo está errada e a política económica tem que ser corrigida para se recentrar na captação de investimento estrangeiro e não no aumento dos rendimentos. Pedro Passos Coelho defende ainda a necessidade de “olhar para a exportação” e de “atrair investimento direto externo” para permitir o crescimento da economia nacional: “Se não tivermos a capacidade de atrair investimento que venha de fora cresceremos sempre pouquinho”, disse o líder do PSD, lembrando que as disponibilidades para investir “seja do lado das famílias, seja do lado do Estado, seja do lado das principais empresas, são muito escassas”.

Passos Coelho falava aos jornalistas nas Caldas da Rainha à margem de uma visita à Schaeffler Portugal, uma empresa produtora de rolamentos que emprega 508 pessoas e exporta 100% da sua produção, segunda-feira, 16 de maio.

Para o líder do PSD, os dados do crescimento económico que apontam para um crescimento da economia portuguesa na ordem do 0,8% - aproximadamente metade da média de crescimento europeia (1,5%) - demonstram que “alguma coisa em Portugal não está a correr bem”.

O país cresce “a meio gás”, pondo em risco “as estimativas do Governo para este ano” afirmou Passos para quem “começa a ser muito evidente” que a estratégia da política económica seguida pelo executivo socialista “precisa de ser corrigida”.

A empresa visitada na manhã do dia 16 de maio, por Passos Coelho, tem um volume de negócios de 57 milhões de euros e prevê exportar este ano 80 milhões de rolamentos.

Num dia dedicado às pequenas e médias empresas, Passos Coelho reuniu-se ainda com a Associação Empresarial da Região de Leiria, participou num almoço com empresários e, à tarde, efetuou uma visita à empresa TJ Moldes, na Marinha Grande.

## Corrupção é um dos “riscos morais” da intervenção do Estado nas empresas

Pedro Passos Coelho alerta para a existência de “riscos morais”, nomeadamente de corrupção, quando o Estado intervém na esfera das empresas, e exemplificou



com a China e a Rússia. “Os riscos morais parecem ser muito relevantes. Um dos aspetos que a autora assume, corajosamente, de forma muito transparente, são os problemas relacionados com a informalidade e mesmo a corrupção, que muitas vêm associadas a estas intervenções públicas”, defendeu Pedro Passos Coelho.

O líder social-democrata falava na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em Lisboa, na apresentação do livro da antiga ministra das Finanças de Singapura Lim Hwee Hua, cuja edição portuguesa agora lançada o ex-primeiro-ministro português prefaciou.

“Houve muitas notícias públicas do lado chinês ao longo de 2014 e 2015 de intervenções que foram declaradas prioritárias no combate à corrupção e muitos dirigentes de empresas públicas ou em que o Estado toma uma participação significativa foram destituídos, acusados de práticas pouco transparentes e estão ainda na alçada da justiça”, afirmou.

“Estes riscos não são meramente teóricos, são muito práticos, e seja na China, na Rússia, noutras economias emergentes onde existem intervenções do Estado significativas na esfera das empresas estes riscos têm vindo a crescer de uma forma significativa”, acrescentou.







Passos Coelho condenou a “intervenção indiscriminada do Estado nas empresas” feita após 1975, considerando que “produziu resultados muito negativos” na economia, obrigando a uma reprivatização que “não foi homogénea”, processando-se ao longo de quase 20 anos.

Em declarações aos jornalistas após a apresentação do livro, 16 de maio, o presidente social-democrata defendeu as privatizações feitas pelo seu Governo, afirmando que foram realizadas “em condições de retorno financeiro para o Estado”. “Pelo menos, duplicámos a previsão que estava feita inicialmente pelo Governo anterior quanto ao resultado dessas operações”, declarou.

Para o líder do PSD, atualmente, “o Estado não tem espaço para intervir mais nas empresas” e reiterou a sua oposição à reversão de privatizações como a da TAP ou dos transportes suburbanos de Lisboa e do Porto, considerando que não têm “racionalidade económica”.



Sobre a experiência do Processo Revolucionário em Curso (PREC), afirmou que mostrou que “quando a intervenção pública é feita de forma cega e ideológica o preço a pagar é sempre muito elevado”.

“No nosso caso foi realmente muito elevado. A reprivatização nem sempre aconteceu também em condições ideais. Apesar disso, nos últimos 20 anos, as reprivatizações permitiram à esfera pública concentrar-se mais naquilo que são a provisão de bens públicos sobretudo ligado a setores tradicionais, como as políticas de soberania, mas também as políticas sociais”, sustentou.

Passos Coelho qualificou-se de “prefaciador improvável” do livro de Lim Hwee Hua, já que é defensor de uma postura “menos intrusiva” do Estado nas empresas do que aquela que é exposta na obra editada em Portugal pela editora Edições Esgotadas.





Conselho Nacional

## Governo recua ao ano de 1982 na educação

No primeiro conselho nacional do PSD, após o 36.º congresso, o vice-presidente Jorge Moreira da Silva acusou o Governo de recuar até antes da revisão constitucional de 1982 na área da educação, ao ponto de alguns antigos ministros socialistas estarem mais próximos da visão do PSD do que do atual executivo.

O vice-presidente do PSD manifestou o desejo de que António Costa e o ministro da Educação corrijam a posição relativamente aos contratos de associações com instituições privadas ou cooperativas. “Em apenas seis meses, assistimos a várias operações de destruição do edifício que foi construído durante muitos anos, seja na área da avaliação, da qualificação, seja no respeito pelos projetos educativos”, lamentou o ex-ministro do Ambiente de executivos PSD/CDS-PP, considerando que o atual elenco socialista “regressou a um período anterior à primeira revisão constitucional”.

Jorge Moreira da Silva considera que “não deixa de ser paradoxal, mesmo retrógrada, uma abordagem que torna Marçal Grilo ou Maria de Lurdes Rodrigues muito mais próximos do PSD do que deste Governo”. “Há muito tempo que desapareceu a ideia de que a educação pública, o serviço público, se confunde com serviço estatal. Vivemos numa rede de serviço público onde participam vários projetos educativos, sejam de propriedade estatal, de iniciativa privada ou cooperativa. Era um assunto arrumado há muitos anos, desde 1982”, afirmou, no decurso da primeira reunião do órgão máximo entre congressos do PSD, desde a 36.ª reunião magna, em Espinho, há mês e meio.





## PSD apela a Governo da “Internacional Syrizista” para corrigir estratégia económica

Jorge Moreira da Silva exortou o Executivo “da Internacional Syrizista” (PS, BE, PCP e PEV) a corrigir o rumo e a estratégia económica. O vice-presidente citou dados da execução orçamental do primeiro trimestre e alertas de várias instituições, como o Conselho de Finanças Públicas (CFP), para sublinhar que há dois modelos políticos distintos em Portugal - o que estava a resultar, protagonizado por PSD e CDS-PP, e o do atual executivo socialista.

“Fazemos obviamente o apelo a que o Governo do PS, BE, PCP e PEV corrijam a estratégia económica e o modelo de desenvolvimento económico, que é anacrónico, assenta em reversões estruturais que retiram a capacidade de crescimento e em políticas sociais (educação) que são preconceituosas”, afirmou em conferência de imprensa.

O CFP avisara para o risco de um “desvio significativo” na redução do défice definida no Programa de Estabilidade, o que pode comprometer a estratégia do Governo do PS prevista no Programa Nacional de Reformas, precisamente no mesmo dia desta primeira



reunião do órgão máximo entre congressos do PSD desde a 36.ª reunião magna, em Espinho, há mês e meio.

“Há um outro modelo que está a ser concretizado, aquilo que consideramos ser um padrão de uma Internacional ‘Syrizista’. Um modelo que na vertente orçamental é irresponsável, na vertente económica anacrónico e na vertente social é conservador e preconceituoso”, continuou Moreira da Silva.

Questionado sobre a eventual necessidade de eleições e posicionamento dos sociais-democratas, o vice-presidente do PSD afirmou que o PSD “tem interesse em que seja rapidamente corrigida a atual trajetória e modelo económicos”. “O PSD não tem pressa absolutamente nenhuma. Quem tem de ter pressa numa resolução destes problemas são os portugueses”, afirmou.

Na reunião, o presidente do PSD alertou para os problemas que o país pode enfrentar caso o Governo persista num rumo político-económico assente em pressupostos irrealistas e metas inalcançáveis: “Nós não brincamos com a democracia”, acusou Pedro Passos Coelho, recordando que o só nos primeiros três meses do ano, o executivo destruiu 48 mil empregos.

Pedro Passos Coelho referiu ainda que “o PSD não tem de ser o bombeiro da democracia”, que não há pressa, porque é necessário dar “estabilidade à governação” e criticou a investida retrógrada do Governo aos contratos de associação com as escolas privadas. Recorde-se que o Governo anunciou não ir abrir turmas de início de ciclo em 39 colégios privados com contratos de associação, o que representa uma redução de 57 por cento, no financiamento a novas turmas. Os números foram avançados pela secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, no final de uma reunião com a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP).

Os conselheiros nacionais aprovaram por unanimidade as contas de 2015 do Partido.







# José Matos Rosa em Portalegre

O secretário-geral do PSD José Matos Rosa esteve na tomada de posse dos novos órgãos concelhios do PSD de Portalegre, sábado, 14 de Maio.







# Verbas para metro de Lisboa e do Porto é “anúncio enganoso”

Virgílio Macedo considera que o aviso de existirem 400 milhões de euros para investimento nos metros de Lisboa e do Porto é “mais um anúncio enganoso de um Governo enganador”. Mostrando-se “muito preocupado” com a possibilidade de a extensão da linha verde do Metro do Porto até ao concelho da Trofa ser “outro processo de reversão feito por este Governo”, o deputado social-democrata questionou “como é que as pessoas podem acreditar que depois de se fazer um anúncio de 400 milhões de euros se vá reavaliar e se tenha grandes dúvidas relativamente a uma obra [de ligação entre o ISMAI e o Muro] de poucas dezenas de milhões de euros”.

De acordo com o também presidente da distrital do PSD/Porto, em causa está o facto de o Governo ter decidido pedir à Metro do Porto uma reavaliação daquele projeto, que foi definido num memorando de trabalho assinado, em outubro, pelos municípios da Trofa e da Maia, CCDR-N e a empresa de transporte público, e depois homologado por dois secretários de Estado do Governo PSD/CDS-PP.



Para Virgílio Macedo, “há falta de vontade política para cumprir com os compromissos anteriormente assumidos”, o que “já não é novidade”. “Viemos aqui [à CCDR-N] pedir umas migalhazinhas para uma extensão de cerca de três quilómetros e há umas semanas o ministro disse que havia 400 milhões para os metros do Porto e de Lisboa. Claro que esses 400 milhões de investimentos é mais um anúncio enganoso de um Governo enganador”, afirmou.

Virgílio Macedo entende que o Governo está a fazer “uma perseguição a duas câmaras do PSD”. “Fomos informados que o ministro pediu à Metro do Porto para fazer uma avaliação a este projeto e parece-nos que essa avaliação é um empurrar a situação para a frente para depois não concretizar”, sustentou.

No projeto que foi definido pelos municípios, CCDR-N e Metro, orçado em cerca de 36,7 milhões de euros, disse, “há valores, há dinheiro e só falta a vontade política”. “Esperamos que este Governo mantenha a palavra dada pelo anterior Governo para avançar a obra”, reiterou.

No final da reunião, o presidente da Câmara Municipal da Maia, Bragança Fernandes, declarou aos jornalistas que avançar com a obra é “uma questão de justiça, porque a linha da Trofa estava prevista na 1.ª fase da rede do Metro do Porto e foi retirada” e depois esteve na 2.ª fase que não foi cumprida. “Hoje percebi que há uma verba para começar a obra, as câmaras contaram com uma verba dos próprios investimentos camarários para avançar com a obra, o que queremos é que o Estado cumpra, porque neste momento aquilo é um canal de esgoto”, sublinhou Bragança Fernandes.

No âmbito deste memorando assinado, os dois municípios comprometeram-se a abdicar de uma verba de fundos comunitários para a extensão da linha do ISMAI até à Trofa, com a criação de duas estações. O projeto prevê a passagem do metro no antigo canal ferroviário, em via dupla, bem como a requalificação da estação do Muro. A circulação ferroviária nas linhas da CP da Póvoa de Varzim e da Trofa foi interrompida em 24 de fevereiro de 2002 para dar início às obras de construção do canal do metro. Desde então, as populações dispõem de um serviço de transporte alternativo em autocarro. Em dezembro de 2009, foi lançado um concurso público internacional para a linha da Trofa que acabou por ser suspenso em setembro de 2010.



# PSD quer saber se Governo pretende suspender portagens na Via do Infante

Os deputados do PSD, eleitos pelo Algarve, questionaram o Governo se tenciona suspender a aplicação de portagens na A22 (Via do Infante) enquanto decorrem as obras de requalificação da Estrada Nacional (EN) 125, que atravessa a região. O parlamento aprovou, dia 6, um projeto de resolução do PS para a redução das portagens nas antigas Scut (vias sem custos para o utilizador), mas os diplomas apresentados pelo PCP e BE para a abolição das portagens foram rejeitados, bem como a proposta do PSD e CDS-PP para a suspensão ou redução das portagens na A22 até estarem concluídas as obras na EN 125.

Em comunicado, os deputados sociais-democratas Cristóvão Norte e José Carlos Barros lamentam que o projeto tenha sido chumbado, apesar de se verificar “um aumento significativo da intensidade e volume de obras na EN 125”, o qual provocará, pelo menos, o encerramento de um troço de dez quilómetros, entre Maritenda e Fontainhas, pelo período de dois meses.

“Sabendo que há forças políticas que amparam o Governo e que publicamente se comprometeram com a abolição e que agora votam a favor da redução, dificilmente se compreende que não tenham acompanhado uma posição séria, construtiva e razoável, que melhoraria a vida dos cidadãos e não poria em causa a prazo a sustentabilidade financeira que as ex-Scut carecem”, lê-se no comunicado.

Segundo os parlamentares, já que os projetos aprovados não têm carácter vinculativo, nem colidem com o objeto do projeto do PSD, é preciso “apurar em que medida o Governo é sensível para o avolumar deste problema, o qual ameaça de forma progressivamente mais violenta a mobilidade, a segurança e a economia regional”.

Em declarações à Lusa, Cristóvão Norte referiu que pode discutir-se se a EN 125 é uma alternativa válida à A22, se a EN 125 com obras significativas em curso é uma alternativa à A22, “mas seguramente não se poderá discutir se a EN 125 “representa essa alternativa quando a mesma estiver, como já foi anunciado [pela Infraestruturas de Portugal], encerrada”.



A introdução de reduções ou a eliminação das portagens nas antigas Scut A22, A23, A24 e A25 estiveram em debate na sexta-feira, no parlamento, quatro anos após a introdução de portagens naquelas vias. As portagens na A22 (que atravessa o Algarve), na A23 (Torres Novas-Guarda), na A24 (Viseu-Vila Real) e na A25 (Aveiro-Vilar Formoso) começaram a ser cobradas em dezembro de 2011, sob a liderança do Governo PSD/CDS, que tomou posse em junho desse ano.

## Três Itinerários Complementares na Serra da Estrela são “fundamentais” para o centro do país



No requerimento enviado ao ministro do Planeamento e Infraestruturas, através da Assembleia da República, os deputados Carlos Peixoto e Ângela Guerra perguntam se o Governo reconhece a importância destes IC e se tem previsto “iniciar, continuar a execução ou concluir algum destes itinerários, mais concretamente o IC7 até à A25 (autoestrada Aveiro/Vilar Formoso), aquele que apresenta custos mais reduzidos”.

“Em caso afirmativo, que planeamento e calendarização tem previstos para a retoma da construção dessa estrada”, é também questionado.

Os dois deputados do PSD que representam o distrito da Guarda na Assembleia da República lembram que “não há nenhum partido político com representação parlamentar que, de uma forma ou de outra, uns mais que outros, na oposição ou no Governo, não tenha já defendido a construção dos denominados IC7, IC6 e IC37”. “Estas acessibilidades têm sido consensualmente apontadas como fundamentais ao desenvolvimento da região Centro do país e à ligação entre as duas partes da Serra da Estrela, que tem o PIB (Produto Interno Bruto) mais baixo do país”, alegam.

Referem ainda que a sua concretização “é justa do ponto de vista da coesão territorial, por tratar de forma diferenciada regiões mais desfavorecidas” e “é inteligente do ponto de vista económico e empresarial, por perspetivar a criação de condições que viabilizam mais investimento, mais empreendedorismo local, mais riqueza e mais emprego”.

“Todas estas vias são estruturantes para ligar condignamente os distritos de Coimbra, Guarda, Viseu e Castelo Branco, aumentando a competitividade de quem neles pretende apostar”, assinalam.

Carlos Peixoto e Ângela Guerra apontam ainda que, não havendo fundos comunitários disponíveis para a comparticipação do custo destas estruturas, “é compreensível que o Governo priorize e calendarize as suas opções, caso tenha vontade política de as prosseguir para valorizar e potenciar o seu território, como tem apregoado”.

Os deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral da Guarda, anunciaram que questionaram o Governo sobre a construção de três Itinerários Complementares (IC) na Serra da Estrela, considerados “fundamentais” para o desenvolvimento da região.

Segundo os deputados, o IC7 (Oliveira do Hospital/Seia/Gouveia/Fornos de Algodres ou Celorico da Beira), o IC37 (Seia/Viseu) e o IC6 (Oliveira do Hospital/Seia/Covilhã) são “determinantes para o desenvolvimento da região Centro do país e na ligação entre as duas partes da Serra da Estrela e os distritos de Coimbra, Guarda, Viseu e Castelo Branco”.



# PSD de Leiria denuncia abandono das Salinas da Junqueira



tamos o facto que a “Câmara de Leiria do PS faça propaganda com o património que se encontra ao abandono e em mau estado de conservação”. A Concelhia do PSD denuncia publicamente um mau exemplo de gestão da Câmara do PS relativamente ao património natural das Salinas da Junqueira, exigindo que com urgência a Câmara Municipal faça as obras necessárias para dotar as Salinas da Junqueira das condições que tinham em 2007, onde as pessoas, em segurança, possam fruir da beleza natural desse património.



A Concelhia do PSD de Leiria, com os eleitos na Câmara Municipal, militantes e simpatizantes deslocou-se ao norte do concelho, para uma visita às Salinas da Junqueira, património de elevado interesse biofísico e paisagístico. Com esta saída de campo, a pedido de alguns munícipes, confirmou-se que existe um abandono total, relativamente, a este património natural, por parte da Câmara Municipal de Leiria.

As infraestruturas de apoio, que foram edificadas em 2007, ainda no mandato do executivo do PSD, encontram-se em elevado estado de degradação, a saber: antiga casa de salinização; percurso pedonal em madeira; torre de observação; painéis informativos sem informação e destruídos; mau estado do centro de receção e informação; pontos de recolha de lixo sem manutenção; área de estadia aberta e área de estadia coberta destruídas e invadidas por silvas e outra vegetação; estacionamento degradado; lagoas das antigas salinas abandonadas e sem identificação da sua localização.

Álvaro Madureira, presidente da concelhia do PSD e vereador, lamenta que se promovam percursos pedestres a zonas sem a segurança exigida para os turistas e caminheiros e denuncia um mau exemplo, que lamentavelmente a Câmara de Leiria usa para fazer publicidade enganosa uma vez que quem vai ao local não vê o que se promove em roteiros, nas exposições e no seu sítio da internet. Lamen-



# Câmara de Viana nada faz para impedir desativação de fábrica da louça

A Concelhia do PSD de Viana do Castelo acusa a Câmara socialista de nada ter feito para impedir a desativação da fábrica “Louça Regional de Viana”, que tem a produção suspensa desde 2012. “Não se trata de incapacidade ou falta de recursos para resolver esta questão. Tratou-se, isso sim, de analfabetismo cultural e pior ainda, inabilidade política, de resto características por que se tem pautado a gestão deste município nas questões deveras importantes para a cidade”, afirmou, em comunicado, o PSD de Viana, dia 11.

A Comissão Política Concelhia do PSD afirmou ter tomado conhecimento de que a fábrica, situada na freguesia de Meadela, “está a ser desmantelada e todo o equipamento industrial retirado”.

Com 242 anos, a fábrica “Louça Regional de Viana” não produz há seis anos, mantendo somente uma loja para escoar ‘stock’ e um museu com o espólio de que dispõe. “Termina desta forma inglória aquela que foi uma unidade industrial de referência nacional e particularmente um ex-libris da cidade de Viana”, sustentou o PSD local que acusou o executivo socialista de não ter dado, “particularmente nos últimos 15 anos, o apoio e o conforto que a autarquia de Viana estava obrigada a proporcionar”.

Para o PSD, “a perda da unidade industrial, em circunstância alguma será compensada, pela instalação no concelho de uma qualquer outra unidade por mais tecnologia que desenvolva”.

“Toda a cerâmica Vianense representada pela louça regional de Viana morreu, colocando-se assim ponto final a uma indústria que no concelho empregou cerca de 700 trabalhadores. Viana continua a perder o que de mais valioso tem, permanecendo no caminho inexorável de uma pobreza que não só é, de facto, material, mas que se revela para além disso numa diminuição de valores culturais e identitários, que nunca mais se recuperarão”, lê-se naquela nota.

Produzida em porcelana, aquela louça distingue-se por ser totalmente pintada à mão e cozida a uma temperatura de 1400°, que lhe dá uma resistência que outras não possuem.

Nos últimos anos de laboração adotou a denominação de “Louça Regional de Viana”, produzindo peças não só decorativas mas também utilitárias onde se destacam os motivos florais.



Foi no Cais Novo, em Darque, que a fábrica foi fundada em 1774. A sua expansão e desenvolvimento ficou a dever-se aos benefícios consagrados no Alvará Régio de 7 de novembro de 1770 e à proximidade de Alvarães, de onde lhe vinha uma ótima argila constituída por caulino quase puro. A partir de 1947 a fábrica passa a desenvolver o seu trabalho artístico na Meadela. Em 1999 foi distinguida pela Câmara Municipal com o título de Instituição de Mérito da cidade pela “nobreza do seu passado e por constituir um “valioso património cultural do município”. Em outubro desse mesmo ano, e após uns meses de negociações, foi adquirida pela família Adelino Duarte da Mota, sendo atualmente gerida por José Manuel Cardoso Mota. Chegou ainda pertencer ao grupo Jerónimo Pereira Campos de Aveiro, passou em 1971 para as mãos do então Banco Pinto de Magalhães, tendo mantido o nome original. Desde então, com as sucessivas mudanças de nome do banco proprietário (União de Bancos Portugueses, Banco Mello, este último adquirido pelo Banco Comercial Português (BCP)) atravessou dificuldades nessa última década.

# Reposição do serviço de urgência médico-cirúrgica no Hospital de Tomar



Os deputados do PSD, eleitos pelo distrito de Santarém, entregaram, dia 13, um projeto de resolução em que defendem a reposição do serviço de urgência médico-cirúrgica no Hospital de Tomar, no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT). No documento, assinado pelos deputados Duarte Marques, Nuno Serra e Teresa Leal Coelho, pode ler-se que em 2011, “já durante o segundo Governo de José Sócrates, foi desencadeada uma reorganização de serviços no CHMT que retirou ao referido Centro Hospitalar serviços considerados funda-

mentais como a Urgência Médico-Cirúrgica do Hospital de Tomar, concentrando-a em Abrantes, e agravou as dificuldades de acesso a cuidados hospitalares dos utentes dos concelhos mais próximos de Tomar, mas com grande densidade populacional, como são os casos de Tomar e Ourém”.

O Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. (CHMT) foi criado em 2005, integrando as unidades hospitalares de Abrantes, Tomar e Torres Novas e servindo uma população superior a 250 mil pessoas.

Neste contexto, os deputados afirmam que “a realidade dos cuidados de saúde nos concelhos do Médio Tejo é, por isso, compreensivelmente, uma das maiores preocupações destas populações locais, principalmente ao nível dos cuidados de saúde hospitalares prestados pelo CHMT”.

O projeto de resolução recomenda ao Governo que, “reunidas as condições mínimas exigidas em termos de pessoal, financeiras e de casuística, desenvolva esforços para repor o serviço de urgência médico-cirúrgica no Hospital de Tomar”.

Por outro lado, o PSD pede ao Governo que “prossiga o esforço de redução do passivo financeiro do Centro

Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E., pagando as dívidas a fornecedores e reduzindo os custos de aquisição por parte do centro hospitalar”, e que “prossiga o recrutamento de novos médicos das diversas especialidades em que há escassez” no CHMT.

“Apesar da existência de três unidades hospitalares, em Torres Novas, Tomar e Abrantes, o que à partida revelaria uma grande cobertura de cuidados hospitalares às populações destes concelhos, na verdade, há um sentimento generalizado de falta de proximidade e acesso com qualidade aos cuidados de saúde em alguns concelhos”, pode ler-se ainda no documento, tendo aqueles deputados do PSD referido ainda ser “hoje quase consensual que a construção de três unidades hospitalares desta dimensão em localizações de grande proximidade, não foi a melhor decisão para as populações nem para o interesse público”.

O PSD quer ainda que o Governo “promova a melhoria da articulação entre as três unidades de cuidados de saúde hospitalares do CHMT e o Hospital Distrital de Santarém” e que “mantenha o esforço de abertura de novas especialidades no CHMT, bem como os serviços descentralizados de consulta que têm ocorrido em alguns concelhos, especialmente em Ourém”.



# Comissão Europeia apoia Guerreiros Solidários



O Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária, Christos Stylianides, formalizou na manhã de 10 de maio, em Estrasburgo, o apoio da Comissão à campanha Guerreiros Solidários, levada a cabo pelo SC Braga e que está a promover a recolha de bens alimentares para posterior doação à causa do auxílio aos refugiados que se encontram em solo europeu. “Acudir aos refugiados é um grande desafio europeu, um grande desafio à unidade europeia e à nossa solidariedade. Julgo, por isso, que esta causa é muito importante”, começou por afirmar Stylianides, que louvou a iniciativa: “Acolho com muito grande esta campanha do SC Braga e a adesão que a população tem tido à mesma. É muito importante que as populações demonstrem que percebem a relevância destas iniciativas e esta, em particular, parece-me exemplar.”

O Comissário agradeceu a José Manuel Fernandes, deputado do PSD ao Parlamento Europeu e presidente da Assembleia Geral do SC Braga, o esforço demonstrado para que as instâncias comunitárias se associassem à campanha e recebeu das mãos deste, e em nome do SC Braga, uma camisola personalizada. “A solidariedade surge aqui muito bem demonstrada nesta iniciativa, por isso louvo o SC Braga”, rematou, convidando ainda o clube a disponibilizar-se para uma partida de futebol em Salónica, Grécia, onde se fará a entrega dos bens alimentares recolhidos.

“Todos os anos o SC Braga tem ações solidárias, mas agradeço ao Comissário a ajuda disponibilizada. Desta forma temos a garantia de que os bens recolhidos chegam às mãos certas”, registou José Manuel Fernandes.

## PSD alerta UE para situação dos portugueses na Venezuela

No debate realizado no Parlamento Europeu com a Alta Representante da Política Externa da União Europeia (UE), os eurodeputados do PSD Fernando Ruas e Cláudia Monteiro de Aguiar insurgiram-se contra a ineficaz ação da Europa no que diz respeito à grave situação política, social e económica que se vive atualmente na Venezuela e que afeta os mais de 200 mil Portugueses que lá residem.

O eurodeputado Fernando Ruas alertou que “uma Conselheira das Comunidades Portuguesas procedente da Venezuela, afirmou mesmo há duas semanas em Lisboa

que “[a situação] está insustentável e o nosso maior receio neste momento é que estejamos a caminhar para uma guerra civil. A situação é grave”.

Cláudia Monteiro de Aguiar ao interpelar Mogherini exigiu “à União Europeia que tome uma posição em defesa da população da Venezuela que atravessa sérias dificuldades de sobrevivência”. “Não podemos ficar indiferentes e por isso lanço este apelo à Comissão. É impossível ficar indiferente sobretudo quando muitos de nós temos grande afinidade com este País e quando nos unem familiares e amigos”, alertou.

Somando às severas medidas que levaram à falta de alimentos nos supermercados, Nicolás Maduro anunciou recentemente o corte diário de 4 horas no fornecimento de energia elétrica e o fato extraordinário dos funcionários públicos apenas trabalharem às segundas e terças com o argumento de poupança de eletricidade e de água.

Cláudia Monteiro de Aguiar consiedra que “A Venezuela tem desrespeitado a condição humana, a Democracia, o investimento direto estrangeiro e colocado em causa o comércio internacional. A generalidade da população Venezuelana está a atravessar sérias dificuldades económicas e sociais, onde se incluem vários emigrantes europeus, entre os quais muitos portugueses. Precisamos de dar uma oportunidade à Venezuela, à sua população e aos emigrantes que nela residem.”

Fernando Ruas pediu a Frederica Mogherini que “faça tudo o que estiver ao seu alcance para restabelecer a confiança e a esperança dos venezuelanos e de todos aqueles que acreditam no futuro desse grande país”.

Esta semana, mais de 1,85 milhões de pessoas assinaram uma petição a solicitar um referendo com vista à destituição do Presidente Nicolás Maduro. No entanto, a petição está a ser contestada pelas autoridades Venezuelanas o que levará o líder da oposição Henrique Capriles e o principal partido no Parlamento a manifestar-se hoje nas ruas de Caracas.

Vários jornais internacionais têm salientado a asfixia democrática e a falta de condições de sobrevivência humana que se vive num país que já viveu tempos de grande prosperidade económica e onde as telecomunicações e os automóveis foram uma realidade muito antes de Portugal ou Espanha.



# PSD entregou projeto para revogar alterações aos contratos de associação



O PSD entregou, dia 13, no parlamento, um projeto para a revogação das normas do despacho que altera as regras dos contratos de associação das escolas privadas e um diploma para a realização de um estudo sobre os custos do ensino público e privado. Em declarações aos jornalistas, Luís Montenegro anunciou que um dos diplomas que os sociais-democratas entregaram na mesa da Assembleia da República é um projeto de resolução que recomenda ao Governo que revogue as normas do despacho relacionadas com a alteração das regras nos contratos de associação.

A outra iniciativa é um projeto de deliberação para solicitar que, até ao final do ano, o Conselho Nacional de Educação elabore e remeta para o parlamento “um estudo rigoroso relativamente aos impactos financeiros e aos custos associados ao ensino nas escolas públicas estatais e nas escolas públicas que integram a rede do ensino particular e cooperativo”.

Referindo-se depois do debate quinzenal em que o primeiro-ministro acusou o PSD de enganar as pessoas sobre os contratos de associação com colégios privados que assinou quando estava no executivo, sublinhando que

em nenhum está garantida a abertura de novas turmas ou a transição de um ciclo para os outros, Luís Montenegro lamentou o discurso demagógico e com incorreções de António Costa. “No nosso ordenamento jurídico, o ensino particular e cooperativo faz parte da rede pública de ensino, é isso que está na lei de bases do sistema educativo, nomeadamente no seu artigo 58.º, e foi também por isso que o ensino particular e cooperativo deixou de estar, como estava na versão original da nossa Constituição, como um ensino supletivo relativamente à rede pública”, disse.

Por isso, acrescentou, seria bom que o primeiro-ministro para além de toda a “demagogia”, “não queira confundir as pessoas”.

Relativamente aos projetos do PSD, Luís Montenegro insistiu na necessidade de estudar as consequências das novas regras que o Governo quer impor nos contratos de associação, nomeadamente para os alunos que terão de mudar de escola, para as escolas que terão de os acolher e as consequências em termos de custos. “Não está demonstrado que as regras que agora o Governo pretende implementar possam trazer menos custos dos que aqueles que hoje o sistema despense para oferecer de forma universal o acesso de alunos ao sistema educativo”, frisou.

Luís Montenegro venceu ainda que ao falar dos contratos de associação não se está a falar de ensino privado, mas “do serviço público de educação que hoje está na lei e emana também da Constituição é exercido em escolas do Estado e também em escolas que são propriedade do ensino particular e cooperativo”.

Relativamente à possibilidade de existir uma duplicação de custos, o líder da bancada do PSD defendeu que “está muito longe de estar demonstrado que aquilo que o Governo pretende tem também sob o ponto de vista financeiro uma poupança”.

“Podemos fazer a demagogia toda, como o Governo e os partidos que o suportam no parlamento o têm feito, mas [a discussão] não é entre ensino público e ensino privado, a discussão não é de duplicação de meios, a discussão é sobretudo concentrada em assegurar a todos a mesma qualidade de ensino dentro da rede pública”, disse, recusando que um “estigma ideológico” seja o centro da decisão política do Governo.

## PSD exige que PM revele o que enviou para Bruxelas

O presidente do grupo parlamentar do PSD exigiu ainda que o primeiro-ministro seja “claro” e revele o que enviou para a União Europeia, mesmo sendo “um plano de contingência” e acusou António Costa de inconsistência e incongruência de posições. “Aquilo que se exige hoje é que o primeiro-ministro possa ser de uma vez por todas claro e não ande a esconder nada do país, diga exatamente o que é que preparou, diga exatamente o que é que enviou para a União Europeia, ainda que seja um plano de contingência, como nós próprios lhe chamamos”, afirmou o líder da bancada social-democrata, Luís Montenegro.

Referindo-se à entrevista do primeiro-ministro à SIC na quarta-feira à noite, Luís Montenegro considerou que António Costa “tem vindo a dar muitas mostras de inconsistência e incongruência naquilo que são as suas posições e a criar confusão no país”.

No último debate quinzenal, há cerca de duas semanas, recordou o líder parlamentar do PSD, quando questionado sobre a existência de um “plano B” ou um “anexo secreto ao Programa de Estabilidade”, António Costa disse que havia medidas que estavam previstas para os anos de 2017 e 2020 e que “não havia nada secreto, nem nenhum plano para 2016”. “Ontem [quarta-feira], com a mesma tranquilidade com que respondeu no parlamento, numa entrevista televisiva diz precisamente o contrário e é mesmo precisamente o contrário”, venceu Luís Montenegro, sublinhando que “esta contradição que tem sido permanente” não abona à credibilidade do Governo e do país.

Na entrevista à SIC, o primeiro-ministro falou de um documento que o Governo preparou para a Comissão Europeia “para ser aplicado no caso de a execução vir a revelar riscos na sua execução”.

Questionado sobre as críticas feitas pelo primeiro-ministro ao líder do PSD, quando António Costa acusou Pedro Passos Coelho de encarar as associações sindicais como “organizações criminosas”, Luís Montenegro considerou que “elas não têm nenhuma adesão a nenhuma intervenção do líder do PSD”. “Eu creio que o primeiro-ministro, que é também secretário-geral do PS, devia era estar preocupado com a forma insultuosa como deputados proeminentes do PS se dirigem ao líder do PSD e a um ex-primeiro-ministro.”

# Diminuição das exportações demonstra abrandamento da economia

O PSD considera que os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sobre as exportações, demonstram um abrandamento da economia e constituem um reflexo do caminho traçado pelo atual Governo. “Do nosso ponto de vista, este abrandamento é um abrandamento da economia e naturalmente as implicações que tem no crescimento são evidentes e ao mesmo tempo é um reflexo do próprio caminho escolhido, em termos de políticas económicas, pelo atual Governo”, afirmou o deputado Luís Leite Ramos, 10 de maio.

Segundo o INE, em março de 2016, as exportações de bens diminuíram 3,9% e as importações de bens decresceram 0,8% face a março de 2015.

Nos dados divulgados, o INE refere também que o défice da balança comercial de bens registou um acréscimo

homólogo de 133 milhões de euros em março de 2016.

No primeiro trimestre de 2016, as exportações de bens diminuíram 2% e as importações de bens cresceram 1% face ao período homólogo, acrescentou o INE.

Para o também vice-presidente do PSD, no caso das exportações há uma “preocupação adicional” relacionada com a greve dos estivadores. “O que nós vimos a assistir é que os efeitos da greve continuada por parte dos estivadores em Lisboa também têm contribuído para a quebra de confiança por parte dos agentes económicos e constitui um contributo ainda mais difícil para deteriorar a situação nas exportações”, afirmou Luís Leite Ramos.

Segundo Luís Leite Ramos, a situação no Porto de Lisboa tem vindo a afastar empresas e agentes, o que representa



um “sinal negativo a juntar-se a muitos outros” do caminho que o atual Governo está a “trilhar em matéria de política económica”.



# Açores perderam emprego na última década

O presidente dos TSD/Açores anunciou que “há menos empregados nos Açores do que há dez anos. E que, neste período, mais do que triplicou o número de desempregados na região”. Joaquim Machado falava numa conferência, dia 6, promovida pelo secretariado da ilha Terceira dos TSD/Açores, sobre “Trabalho no Feminino”, que teve como oradores a professora Eva Vidal, o jornalista Aranda e Silva, a inspetora Susana Gonçalves, o advogado Clélio Meneses e a deputada ao Parlamento Europeu Sofia Ribeiro.

Para o presidente dos TSD/Açores, os programas ocupacionais em vigor “são necessários”, mas também comprovam “a falência do modelo económico seguido em 20 anos de governação socialista na Região”.

“Com o PSD no Governo açoriano, esses programas vão continuar e vão ser melhorados, mas o grande objetivo é empreender políticas económicas propiciadores de mais e melhor emprego”, afirmou Joaquim Machado.

Sobre o tema tratado, o social-democrata destacou que a equidade entre géneros “progrediu muito nas últimas décadas, em parte também fruto da democracia. Mesmo se é a legislação, nomeadamente o Código do Trabalho, a incluir um conjunto de direitos sobre a parentalidade”. “Mas a realidade continua a manter muitas diferenças nas oportunidades entre homens e mulheres, sobretudo verificadas em meio laboral, designadamente no acesso ao trabalho e na assunção de cargos de chefia”, afirmou Joaquim Machado.



Para o líder regional dos TSD, é preocupante “a elevada taxa de inatividade das mulheres nos Açores, assim como o facto de terem remunerações médias muito inferiores às dos homens. É preciso atualizar uma legislação que é discriminadora ou contrária aos direitos das mulheres no trabalho”.

E deu como exemplo “a obrigação de as professoras, mesmo em fim de gravidez, terem de se deslocar entre ilhas para formalizarem presencialmente a aceitação do cargo na escola de colocação”.

Para os TSD/Açores a promoção da equidade entre géneros passa por “políticas de apoio à parentalidade, incentivos fiscais, melhores serviços sociais e educativos, flexibilidade na legislação laboral, melhores transportes públicos, mais incentivos à contratação feminina e uma educação de sucesso”, disse ainda Joaquim Machado.

No início da sessão, realizada na Junta de Freguesia da Sé, em Angra do Heroísmo, foram homenageados os militantes mais antigos dos TSD na Ilha Terceira, no caso David Belerique, Francisco Leal da Costa, Teófilo Silveira, Mário Ávila, João da Cunha Mendes e Hélio Ramos Ávila.



## Rastreios de saúde precoce aos alunos não podem esperar

O PSD/Açores exige responsabilidades ao governo regional perante “as sinalizações feitas nas escolas em torno dos alunos que necessitam de apoio especial”, considerando que “os rastreios precoces de saúde não podem esperar pelos exames globais de saúde, efetuados aos 5 anos, aos 12 ou 13 anos de idade, nos nossos centros de saúde”, declarou o deputado Luís Maurício.

“Onde estão os rastreios efetuados nas escolas, como o próprio plano regional de saúde prevê? E quem os faz?”, questionou o social democrata.



O deputado do PSD/Açores defende “a identificação precoce dos problemas de saúde de que são portadores os nossos alunos”, até porque diminuições da acuidade visual e da acuidade auditiva “têm de ser identificadas muito cedo e, quanto mais cedo for feita essa identificação, melhor é o prognóstico dessas crianças, melhor será o seu desenvolvimento e o seu nível de aprendizagem”, frisou.

Luís Maurício perguntou à tutela pela “proporção de rastreios auditivos e oftalmológicos existentes nos últimos dois anos, nas nossas escolas”, reforçando que “essas crianças não podem ficar à espera dos exames efetuados nos centros de saúde. Feitos quando a população tem médico de família para os fazer”

O social-democrata recordou que, num debate recente, o secretário regional da saúde “reconheceu que 55 mil açorianos não têm médico de família. Pressuponho que, nestes 55 mil, haverá muitas crianças que necessitariam de ser observadas, e não o são”, adiantou.

Luís Maurício concluiu lembrando que o PSD/Açores apresentou, “há cerca de dois anos, um projeto de resolução que visava o reforço dos técnicos dessas áreas nas escolas açorianas. Os senhores [bancada parlamentar do PS] chumbaram-no. Apenas porque foi o PSD a propor, e porque os senhores põem a partidarite à frente dos interesses dos açorianos”.

## Miguel Albuquerque quer Plano Juncker a financiar projetos da Madeira

O presidente do Governo Regional da Madeira pretende candidatar ao Plano Juncker um “data center”, uma plataforma sobre fundos de reabilitação turística e a conexão à região do cabo submarino Europa-América do Sul. No encerramento da conferência “A política de coesão, os fundos disponíveis para as Pequena e Médias Empresas e o Plano Juncker”, no Funchal, Miguel Albuquerque reiterou o interesse da Madeira em que o cabo submarino de ligação entre a Europa e a América do Sul (na área das telecomunicações) envolva a região para “evitar a sua dependência de um único operador”.

“Aproveitar o cabo de ligação para uma conexão com a Madeira, criar um ‘data center’ [centro de processamento de dados] para reforçar a competitividade ao nível das vias digitais e estudar a possibilidade de criação de uma plataforma ao nível dos fundos de reabilitação turística”, apontou o governante, como objetivos.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, mais conhecido por Plano Juncker, disponibiliza 315 mil milhões de euros aos setores privado e público para financiar projetos que os atuais fundos estruturais não financiam.





# Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director interino: Cordeiro Pereira

Cavaco Silva na V Conferência dos Ministros da Cultura

## PRESERVAR E CELEBRAR O PASSADO VAI A PAR COM A PREPARAÇÃO DO FUTURO

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, presidiu à sessão de abertura da Quinta Conferência dos Ministros da Cultura, que decorreu no Palácio da Vila, em Sintra, durante três dias da semana passada, e na qual para além dos responsáveis pela cultura dos países do Conselho da Europa também estiveram presentes os dos que aderiram à Conservação Cultural Europeia, assim como, na qualidade de convidados, representantes da Jugoslávia, Brasil e Canadá.

Discursando na sessão inaugural, Cavaco Silva pronunciou as seguintes palavras:

«Pela terceira vez em 1987, Portugal acolhe uma conferência ministerial do Conselho da Europa: primeiro sobre migração, depois sobre ambiente e ora sobre cultura. A realização destas reuniões em Portugal é o reflexo do in-

teresse do Conselho da Europa pelo meu país mas também do nosso empenho e interesse pela acção do Conselho. E com grande satisfação que dou as boas-vindas a todos os participantes na conferência que hoje se inicia, a quem de-

sejo um frutuoso trabalho.

O Conselho da Europa é, por excelência, o foro de diálogo de todos os países da Europa, Ocidental e por isso tem vindo a adquirir crescente importância política. A cooperação e os resultados obtidos em áreas tão distintas como os direitos do homem, as migrações, a cultura, a educação, a juventude — para citar apenas algumas — revelam o dinamismo da acção do Conselho da Europa, competindo a cada um dos Estados membros valorizá-la na dupla perspectiva da

(Continua na página 2)



Na sessão inaugural, Cavaco Silva dirige-se aos participantes da Quinta Conferência dos Ministros da Cultura. Na mesa da presidência encontram-se também Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, secretária de Estado da Cultura, e Marcelino Oreja, secretário-geral do Conselho da Europa

### Movimento Sindical

— Trabalhadores Social Democratas preparam IV Congresso da UGT e tomam posição sobre eventual entrada da CGTP/IN no CPCS

— Trabalhadores Moçambicanos solidários com os TSD  
Na pág. 9



### Projecto «CARAVELA»

**UM  
DESAFIO  
PARA  
ANIMAÇÃO  
E VALORIZAÇÃO  
DO TEJO**

— NA PÁG. 12

Debate do Programa do XI Governo Constitucional

**INTERVENÇÃO  
DE  
VALENTE  
DE OLIVEIRA**

• NAS PÁGINAS 3 E 4





# Em primeiro os alunos

Luís Montenegro (\*)

Em primeiro lugar estão os alunos. É por eles e para eles que se desenvolvem políticas educativas; é por eles e para eles que existem escolas; é por eles e para eles que se defende um sistema educativo de qualidade orientado para o sucesso de todos; foi por eles e para eles que foi desenvolvido um sistema público de educação servido por escolas estatais e não-estatais. Parece que nos esquecemos disto. Esquecemos que a escola é também um projeto de uma comunidade educativa, que para a educação todos são chamados a contribuir e a intervir. Tudo isto tem estado ausente na atual discussão em torno dos contratos de associação. Uma discussão originada por um despacho do ME, que introduz incompreensivelmente duas normas que colocam em causa não só a qualidade do serviço público de educação, como também os valores sociais da previsibilidade e da estabilidade nas comunidades educativas locais também servidas por escolas com contrato de associação.

A sistemática instabilidade e o clima de incerteza introduzidos pela atual equipa ministerial em nada contribuem para a qualidade do sistema educativo, mas o mais recente despacho é revelador de um centralismo dirigista e de uma profunda insensibilidade social. Não só, cega e administrativamente, aumenta a dimensão das turmas com alunos com necessidades educativas especiais, como também, por uma interpretação restritiva dos normativos em vigor, rasga contratos trienais firmados há menos de um ano com as instituições e defrauda legítimas aspirações dos alunos e das famílias carenciadas que beneficiam do serviço público de educação prestado por escolas com contratos de associação. É um despacho que coloca em causa o princípio da confiança e da boa-fé, com graves impactos sociais. A sua aplicação originará o encerramento de grande número de instituições que fazem parte do sistema de oferta pública de ensino e que durante décadas prestaram um serviço fundamental aos portugueses. Ao não cumprir os compromissos assumidos pelo Estado, que tem de ser uma pessoa de bem, o ME lançará para o desemprego mais de quatro mil docentes e não-docentes, sem qualquer possibilidade de serem absorvidos pelas escolas estatais, e condenará as localidades a um potencial definhamento social e económico.

O Governo decidiu sem atender às consequências que as alterações terão para alunos, sem aferir se a rede estatal tem condições para os acolher e, finalmente, sem demonstrar ganhos de qualidade e poupanças de despesa. É um despacho que em nada melhora a qualidade da educação, as escolas públicas estatais e as condições dos seus docentes e funcionários. E que coloca em último lugar a salvaguarda dos interesses do aluno e que urge ser corrigido. O Governo está a tempo de o fazer.

(\*) Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### ARCOZELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Arcozele, para reunir no próximo dia 18 de Junho, de 2016, (sábado) pelas 16h00, na Junta de Freguesia de Arcozele, sita na Av. da Igreja, 279 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Arcozele
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- A Sede está aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.
- As urnas estão abertas, entre as 16h00 e as 22h00.

### ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Armamar, para reunir no próximo dia 25 de Maio de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00., no Salão Paroquial, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

### CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 06 de Junho de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede da secção, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

### CONDEIXA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa -a - Nova, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00., na nova sede, sita na Urbanização Nova de Conímbriga I, Lote B - 19 r/c, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
- 2 - Apreciação e deliberação sobre o plano de actividades e orçamento para o ano de 2016
- 3 - Análise da situação política

### GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 18 de Junho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Rua Marechal Gomes da Costa, nº 33, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção de Grândola
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Marechal Gomes da Costa, nº 33
- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 18h00.

### LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lisboa, para reunir no próximo dia 03 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00., na sede distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, nº 3 B, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único - Análise da situação política e autárquicas 2017

### MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada, para reunir no próximo dia 04 de Junho de 2016 (sábado), pelas 18h30, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Relatório de contas do ano de 2015
- 2 - Balanço do mandato da CPS 2014-2016
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos de interesse para a Secção

### MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 03 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
- 2 - Aprovação e votação do relatório de contas de 2015
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos de interesse do concelho

### PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penela, para reunir no próximo dia 24 de Junho, de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00 na Rua do Sol, 20, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua do Sol nº 20.
- As urnas estão abertas, entre as 17h00 e as 22h00.

### S. FELIX DA MARINHA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00, na Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, sita na Rua de S. Félix, 733 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte



Ordem de trabalhos  
Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de S. Félix da Marinha.

Notas  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- A Sede está aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.  
- As urnas estão abertas, entre as 19h00 e as 23h00.

### SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. 1.º de Maio, nº 26 c/v fracção E, com a seguinte

Ordem de trabalhos  
1 - Aprovação do orçamento para 2016  
2 - Análise da situação política  
3 - Assuntos de interesse

### SERZEDO E PEROSINHO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Serzedo e Perosinho, para reunir no próximo dia 18 de Junho, de 2016, (sábado) pelas 16h00, na Junta de Freguesia de Serzedo, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 15 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos  
Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Serzedo e Perosinho  
Notas  
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
- A Sede está aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.  
- As urnas estão abertas, entre as 16h00 e as 22h00.



### CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2016, pelas 21 horas, na Sede do PSD Barcelos, sita na Av. Alcaides de Faria, n.º 226 - 1.º Dto., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Agendamento de Congresso Distrital Eleitoral.

### CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Faro, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2016 (segunda-feira), pelas 21 horas, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Marcação do calendário eleitoral e Congresso Distrital da JSD Algarve.

### CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 20.º do Regulamento Interno Distrital, serve o presente para convocar uma reunião ordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 25 de Maio, quarta-feira, pelas 21h30, na sede do PSD Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço do primeiro ano de mandato da Comissão

Política Distrital e debate sobre a agenda político-ideológica do segundo;

2. Análise dos Congressos Nacionais do PSD e da JSD;  
3. Exoneração de elemento (s) e eleição de substituto (s) para titular (es) de órgão distrital, nos termos da alínea h) do artigo 61.º dos Estatutos Nacionais da JSD.

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 27 de Maio de 2016, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora - a - Branca, 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Informações;  
Ponto 2: Análise da situação Política Local;  
Ponto 3: Análise da situação Política Nacional.

### FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2016, Domingo, pelas 17 horas, na Sede do PSD, sita na Liberdade, n.º 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:  
As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito, nesse dia das 23h00 às 23h59m.  
As urnas estarão abertas das 17 horas às 21h30m.

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Odivelas para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, sábado, pelas 18h00, na sede da JSD de Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20-A, 2675-323 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Odivelas.

Nota:  
As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.  
As urnas estarão abertas entre as 18h00 às 21h00.

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 31 de Maio de 2016, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;  
2 - Análise da situação política nacional;  
3 - Análise da situação política distrital;  
4 - Outros Assuntos.

### PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no próximo dia 9 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 14h00, na sede do PSD de Proença-a-Nova, sita Rua Comendador Assis Roda, Loja53 - R/C, 274 - Proença-a-Nova.

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Proença-a-Nova.

Nota:  
As urnas estarão abertas das 14h00 às 16h00 horas.  
As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

### TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 28 de maio de 2016 pelas 10h30, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações e Análise da Situação Política;  
2 - Plano de Atividades 2016;  
3 - Outros Assuntos.

### VIZELA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, artigo 93.º/5, e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Vizela da JSD, distrital de Braga, para o dia 18 de junho de 2016, pelas 21h, na sede do PSD Vizela, sita na rua Joaquim Pinto, nº 130 B, 4815 em Vizela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Vizela.

Notas:  
As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa do Congresso da JSD, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede nacional da JSD, sita na Rua de Buenos Aires, nº 28, 1º, 1200 em Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 21h00m e as 23 horas.

### NÚCLEO DE FRADELOS - VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se Assembleia de Núcleo de Fradelos para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 19h00, no Edifício Barreiras, Rua D. Sancho I, n.º 2282, Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas:  
As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23 h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 19h00m e as 21 horas.

### NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS - UL

Ao abrigo do disposto no n.º 2) do Artigo 81º dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 21 de Junho, pelas 15H00, no ISCSP - UL, sito no Pólo Universitário do Alto da Ajuda, Rua Almerindo Lessa, 1300-663, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social-Democratas do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (NESD/ISCSP).

Notas:  
As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ao Coordenador do Ensino Superior da JSD Distrital de Lisboa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa do PSD, sita na Praça São João Bosco, 3b, em Lisboa.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante do ISCSP-UL.

As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00 e o ato eleitoral decorrerá na sala 4, piso 3.

### NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Ao abrigo do disposto no n.º 2) do Artigo 81º dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em



vigor, convocam-se os estudantes da Universidade Nova de Lisboa, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 23 de Junho, pelas 19H30, na NOVA – IMS (Information Management School), sita na Universidade Nova de Lisboa, Campus de Campolide, 1070-312, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social-Democratas da Universidade Nova de Lisboa (NESD/UNL).

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicata até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ao Coordenador do Ensino Superior da JSD Distrital de Lisboa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa do PSD, sita na Praça São João Bosco, 3b, em Lisboa.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Universidade Nova de Lisboa.

As urnas estarão abertas entre as 19h30 e as 21h30 e o ato eleitoral decorrerá na sala 3.

**AMADORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Amadora, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 19h00, na sede da JSD de Amadora, sita na Av. 11 de Setembro de 1979, loja 16 - A, na Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 19h00 às 21h00.

**AZAMBUJA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Azambuja, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na sede da JSD da Azambuja, sita na Av. Condes de Azambuja, n.º 43, na Azambuja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 às 22h00.

**CASCAIS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Cascais, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na sede da JSD de Cascais, sita na Largo da Estação, n.º 4, em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 às 20h00.

**LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 15h00, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq., em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15h00 às 21h30.

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Loures, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 16h00, na sede da JSD de Loures, sita na Rua Diogo Cão, n.º 2 – Loja 4, Urb. do Almirante, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 16h00 às 18h00.

**MAFRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Mafra, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na sede da JSD de Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61 – 2.º, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 às 20h00.

**ODIVELAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regula-

mentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Odivelas, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na sede da JSD de Odivelas, sita na Rua dos Combatentes do Ultramar, n.º 20, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 às 21h00.

**OEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Oeiras, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na sede da JSD de Oeiras, sita no Lg. Avião Lusitânia, n.º 15, em Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00m às 20h00m.

**SINTRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Sintra, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 17h45m, na sede da JSD de Sintra, sita na Rua das Malvas, n.º 10 – Loja Sup. Esq., em Rio de Mouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 17h45m às 20h00.

**VILA FRANCA DE XIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2016, (sábado), pelas 10h00, na sede da JSD de Vila Franca de Xira, sita na Rua da Praia, n.º 23, em Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital Lisboa da JSD.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 10h00 às 14h00.

**APROVADO NO CONSELHO DISTRITAL DE DIA 16 DE MAIO DE 2016**

**CRONOGRAMA III CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA DA JSD**

Conselho Distrital com marcação do Calendário Eleitoral e aprovação de Regulamento do Congresso Distrital

**16. Maio. 2016**

Envio de Convocatórias para eleições de Delegados Residenciais

**17. Maio.2016 até às 12h**

Publicação das Convocatórias e Regulamento do Congresso Distrital em Povo Livre

**18. Maio.2016**

Comunicação do rateio às Mesas dos Plenários Concelhios

**Até 28.Maio.2016**

Envio dos cadernos eleitorais às respetivas Mesas dos Plenários Concelhios

**Até 7.Junho.2016**

Eleição dos Delegados Residenciais nas respetivas concelhias

**18. Junho. 2016**

Prazo limite para envio das atas eleitorais à Sede Nacional da JSD 24.

**Junho.2016 até às 18h**

Entrega de candidaturas aos órgãos distritais e Moções de Estratégia Global, na Sede do PSD Distrital

**Até às 23h59 de dia 29.Junho.2016**

Entrega de Moções Sectoriais à Mesa do Congresso Distrital

**30.Junho.2016 até às 19h**



# III CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA DA JSD, EM CASCAIS

2 Julho 2016

APROVADO NO CONSELHO DISTRITAL DE 16 DE MAIO DE 2016

## REGULAMENTO DO III CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA DA JSD

### CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

#### Artigo 1º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artigo 3º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, disciplinando o funcionamento do III Congresso Distrital de Lisboa da JSD.

#### Artigo 2º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD e regulamentos da JSD.

### CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

#### Artigo 3º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de uma moção de estratégia global e de moções sectoriais.

#### Artigo 4º (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:

- O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista nos Estatutos da JSD;
- Os representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.

2 – São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:

- A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
- Os membros da Comissão Política Distrital;
- Os membros do Conselho Distrital mencionados nas al. e), f), g), h), i), j) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

#### Artigo 5º (Eleição de Delegados Residenciais)

A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt e a elaboração do respetivo rateio regem-se pelo disposto nos Estatutos, Regulamento Eleitoral e Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD.

Até ao quinto dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia.

Compete ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios divulgar a informação constante no número anterior a qualquer militante que formule um pedido nesse sentido.

#### Artigo 6º (Direitos dos membros do Congresso Distrital)

Constituem direitos dos membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados.

#### Artigo 7º (Deveres dos membros do Congresso Distrital)

Constituem deveres dos membros do Congresso Distrital:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital e, em geral, para a boa imagem da JSD;
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

#### Artigo 8º (Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou Associações de Estudantes da Região.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

### CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

#### Artigo 9º (Data e Hora)

O III Congresso Distrital de Lisboa da JSD decorrerá no dia 2 de Julho, no concelho de Cascais e inicia-se pelas 10h30.

#### Artigo 10º (Quórum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

#### Artigo 11º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

#### Artigo 12º (Ordem de Trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apreciação do mandato cessante;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais;
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
- Eleição dos órgãos Distritais para o mandato 2016/2018, aprovação da moção de Estratégia Global e aprovação de militantes honorários (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas, a decorrer em simultâneo com a restante Ordem de Trabalhos);
- Votação das moções sectoriais;
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
- Encerramento.

#### Artigo 13º (Uso da Palavra)

1. A palavra será concedida aos membros do Congresso Distrital para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos e, querendo, de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.

2. A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra.

3. A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

#### Artigo 14º (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificados a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- Colocar à imediata votação todos os requerimentos admitidos;
- Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;



h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

**Artigo 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)**

Compete aos Vice-Presidentes da Mesa:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções, nomeadamente no cumprimento no disposto nos Estatutos e demais Regulamentos da JSD;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

**Artigo 16º (Competências dos Secretários da Mesa)**

Compete aos Secretários da Mesa:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

**CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS****Artigo 17º (Moções de Estratégia Global)**

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem, no mesmo prazo de apresentação das candidaturas, submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

**Artigo 18º (Moções Sectoriais)**

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, territórios em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e deverão ser subscritas por 15 Delegados ao Congresso Distrital ou por uma Comissão Política Concelhia.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital eleita no referente Congresso Distrital como orientações do mesmo, a executar nos moldes possíveis.

**Artº 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)**

1. O 1º subscritor de uma moção sectorial, Delegado individual ou Comissão Política Concelhia, poderá retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas.

2. No caso de moções sectoriais subscritas por Comissões Políticas Concelhias, o Presidente da respetiva CPC subscritora deve indicar à Mesa qual o Delegado que fará a sua apresentação.

3. No caso de moções sectoriais subscritas por Delegados, a apresentação da Moção deve ser feita pelo 1º subscritor da mesma ou quem este indique à Mesa.

**Artigo 20º (Candidaturas aos órgãos Distritais)**

As Listas candidatas aos órgãos distritais devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o possa substituir nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Lisboa.

**Artigo 21º (Distinções Honorárias Distritais)**

1. O Congresso Distrital pode atribuir como distinções honorárias:

a) A distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD;

b) A distinção de Militante Honorária Distrital atribuída a antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de quatro Comissões Políticas Concelhias e apurada através de maioria simples.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respetiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

**CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS****Artigo 22º****(Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

**Artigo 23º****(Entrada em vigor)**

O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua publicação.